

Somar forças

FGV IBRE firma acordo de assistência técnica com governo do Ceará para aperfeiçoar monitoramento da produtividade do estado

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Um consenso quanto ao futuro dos estados brasileiros é a necessidade de estes se empenharem para reequilibrar suas contas, não apenas através do corte de gastos, mas pela busca de gestão pública mais eficiente que resulte em melhores serviços a custos menores. Outra concordância é a de que mesmo os entes em situação fiscal menos complexa do que Rio de Janeiro, Minas Gerais ou Rio Grande do Sul não devem prescindir de tal esforço.

Em outubro, o FGV IBRE ampliou sua contribuição para essa agenda, com a assinatura de um contrato de assistência técnica com o governo do Ceará voltado a duas frentes: uma para melhorar o diagnóstico da produtividade da economia do estado, fundamental na calibragem de políticas voltadas

ao crescimento; e a segunda para ampliar a eficiência da própria gestão da máquina pública, através do monitoramento de preços de insumos em diversas secretarias. A parceria está inserida em uma linha de empréstimo do Banco Mundial conquistada pelo Ceará em 2013 chamada PforR – Programa para Resultados, na sigla em inglês, que financiou vários projetos do estado e cujos desembolsos totais somam US\$ 350 milhões.

Na primeira frente, o objetivo é usar a experiência do IBRE para desenvolver uma série longa da produtividade do estado, a partir do início dos anos 2000, decomposta por setores. “Hoje, nossa fotografia limita-se a um horizon-

te de quatro anos. Reconstruir essa trajetória nos ajudará a ter mais clareza sobre quais segmentos são mais dinâmicos, colaborando ao direcionamento de políticas públicas”, diz Flávio Ataliba, diretor do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do estado.



Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro IBRE e do projeto, conta que a preocupação da equipe do FGV IBRE é a de, juntamente com a entrega dessa série, elaborar um instrumental que permita aos técnicos do governo realizar vários cruzamentos de dados, enriquecendo sua análise. “Uma das frentes em que estamos trabalhando é uma ferramenta para avaliar em que medida o aumento dos anos de escolaridade da população cearense se reflete na evolução da produtividade”, conta Silvia, explicando que isso envolve desde a compatibilização de dados da Pnad (encerrada pelo IBGE em 2015) com a Pnad Contínua – para a criação de uma série da população ocupada (PO) e da economicamente ativa (PEA) a partir dos 14 anos – à aplicação da metodologia e capacitação de profissionais do Ipece. Ataliba avalia esse trabalho como fundamental para coordenar os ganhos obtidos com programas voltados à melhora da qualidade do ensino – que o levou à maior evolução do Ideb para o ensino público fundamental do país nos últimos anos, saindo de 2,8 em 2005 para 6,1 em 2017 – com o crescimento econômico do estado. “Tivemos uma década de melhorias; agora, precisamos entender qual resposta teremos da onda de jovens mais bem-qualificados que está às portas do mercado de trabalho”, diz, ressaltando a vantagem de realizar tal análise desde o início do processo de inserção desse grupo entre a população ocupada. Dados de 2015 apontam que a produtividade de um trabalhador médio cearense correspondia a 60% da produtividade de um trabalhador médio brasileiro. Mas tem crescido: levantamento do IBRE indicou que de 2004 a 2015 a produtividade por hora trabalhada



Carlos Ivan Simonsen Leal, presidente da FGV, e Flávio Ataliba, diretor do Ipece, assinam contrato de assistência técnica no início de outubro, no Rio de Janeiro

agregada no estado cresceu em média 2,8% ao ano, enquanto no Brasil essa evolução anual foi de 1,6%.

Outra ramificação do trabalho do FGV IBRE dentro do tema produtividade é a elaboração de índices coincidentes da atividade econômica e de simulações do PIB de longo prazo, com séries periódicas. “Apesar de ter registrado avanços importantes em âmbitos como o fiscal e em investimento, o Ceará ainda é um estado com baixo PIB per capita (de acordo ao IBGE, em 2017 o rendimento médio domiciliar per capita do Ceará foi de R\$ 824, contra R\$ 1.268 do Brasil – e precisa de empenhar esforços para acelerar a convergência para a média nacional”, diz Silvia.

Já a segunda frente de trabalho prevista no acordo é a aplicação da tecnologia de índice de preços e custos do IBRE na atividade de três secretarias do estado: Saúde, Educação

e Segurança Pública. “A ideia é identificar o custo e qual a inflação interna de cada uma. Dessa forma, teremos maior previsibilidade de quanto alocar a cada secretaria dentro do orçamento”, explica Ataliba, indicando a intenção de disseminar essa prática às demais pastas do governo, afirmando que isso ajudará tanto no planejamento orçamentário do estado quanto no controle de custos e na realização de licitações. “Estamos esperançosos de que já iniciemos 2019 com essa nova ferramenta, para ajudar o governador a planejar suas ações.”

Apoio externo

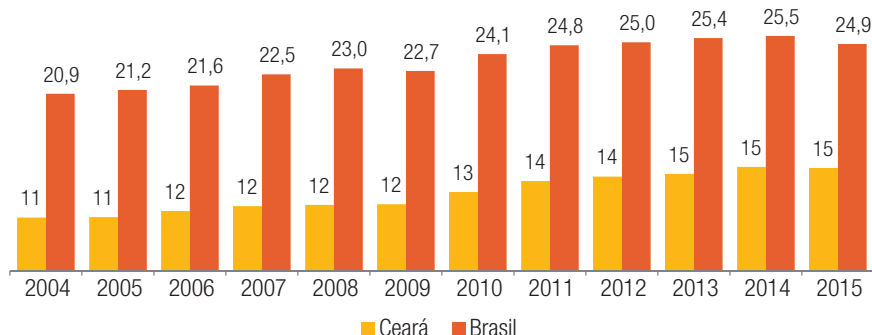
O Ceará foi o primeiro estado da América Latina com o qual o Banco Mundial operou o PforR. O empréstimo concedido divide-se em R\$ 25 milhões para assistências técnicas, e outros US\$ 325 milhões

Foto: Divulgação do Governo do Ceará

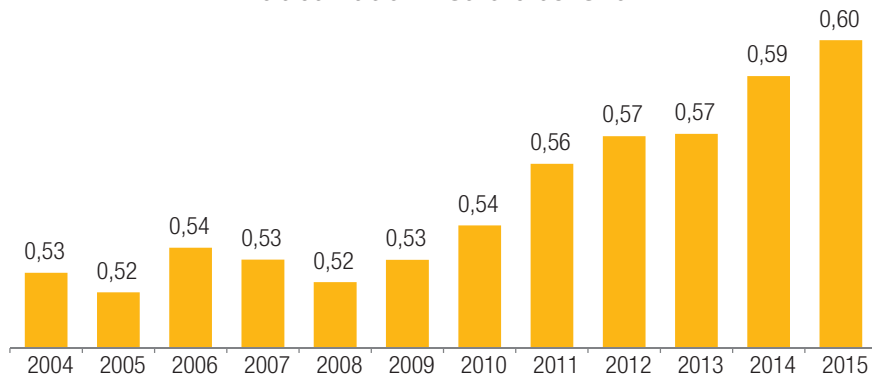


Escolas estaduais de educação profissional cearenses, como a da foto, também se beneficiaram de programas financiados com apoio do Banco Mundial.

Evolução da produtividade do trabalho agregada



Produtividade do trabalhador cearense em relação a trabalhador médio brasileiro



Fonte: FGV IBRE.

para aplicação direta em programas sociais incluídos no orçamento do governo e selecionados pelo Banco Mundial por seu grau de relevância no apoio a quatro áreas: crescimento econômico, redução de pobreza, qualidade da água e gestão pública.

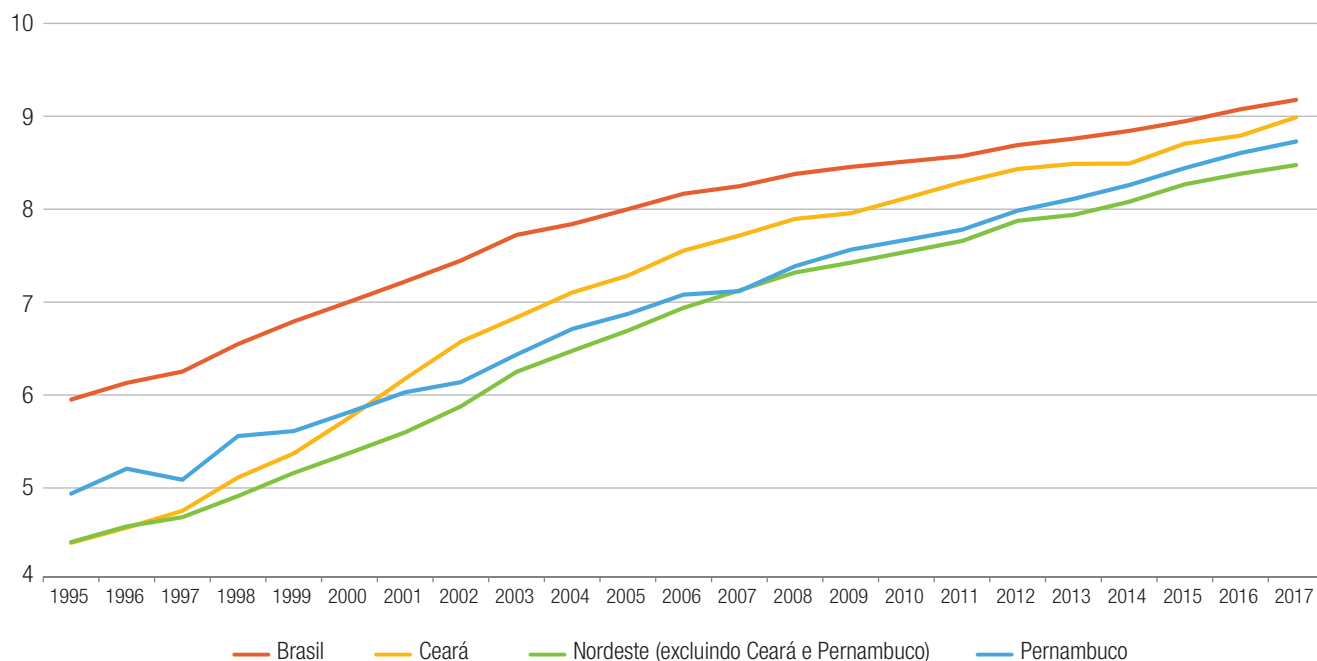
“Tal como o nome indica, os desembolsos acontecem a partir do cumprimento de metas semestrais acordadas com o Banco”, explica Ataliba, afirmando que o estado conseguiu liberar a totalidade dos recursos previstos.

Na área de gestão pública, à qual o apoio do FGV IBRE se soma, um dos exemplos de projetos já implantados é o Ceará Transparente, que incentivou uma maior participação da sociedade na avaliação da gestão estadual. Ítalo Brígido, coordenador de Fomento ao Controle Social da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), responsável pela iniciativa, conta que desde 2008 o Ceará contava com o Portal da Transparência e o Sistema de Ouvidoria, e que em 2013 foi lançado o Sistema de Informação ao Cidadão. “Apesar de registrarem boa utilização, identificamos a necessidade de adequá-los a recursos de acessibilidade, oferecer interação com redes sociais, acesso por dispositivos móveis, com uma linguagem mais acessível e de acordo aos requisitos da legislação, especialmente a Lei de Acesso à Informação, que passou a vigorar a partir de 2012”, explica Brígido.

Para esse projeto, em 2016 o estado contratou uma consultoria que ficou responsável pela execução de pesquisas etnográfica e via web com mais de 6 mil pessoas, “além de vi-

Média de anos de estudo da população ocupada entre 14-24 anos

Evolução comparativa de entes selecionados



Fonte: FGV IBRE.

sitas a 27 cidades das 14 regiões de planejamento do estado, onde foram promovidas oficinas e demonstrações públicas em locais de grande circulação”, completa Brígido. O Ceará Transparente foi lançado ao público em 18 de julho de 2018, com resultados já mensuráveis. “Comparada a 2015, a quantidade de acessos às ferramentas de controle social quase quadruplicou, sendo mais de 76 mil acessos em outubro de 2018; já o tempo médio de navegação quase que dobrou, atingindo 8min15seg no último mês”, descreve, indicando que o projeto continua sendo aperfeiçoado até o final do contrato, em dezembro de 2018. Além do aumento da participação da sociedade, o Ceará Transparente também contabiliza dois prêmios: o IF Design Award 2018 (Munique-Alemanha) e o Prêmio Transparên-

cia e Fiscalização Pública de 2018, da Câmara dos Deputados.

O PforR do Ceará vence em janeiro de 2019, mas Ataliba conta que desde 2017 o estado tem pronta uma proposta para iniciar a segunda fase do programa. “O objetivo, nessa nova etapa, é aumentarmos a interação com os municípios, que são os principais executores de políticas”, diz. “O sucesso de nosso projeto educacional só aconteceu porque foram pactuados diversos incentivos com esses entes, como maior repasse de ICMS aos municípios com melhor desempenho no Ideb, além de investimentos em escolas e laboratórios”, cita. Por conta da crise, entretanto, o governo federal suspendeu o aval a estados para captações internacionais, freando a continuidade da parceria. “Lamentamos que isso tenha acontecido,

pois o Ceará apresenta condições fiscais boas, e foi penalizado pela situação dos estados que não cumprem suas metas fiscais”, afirma Ataliba, realçando sua expectativa de que em 2019 consiga carta branca para destravar o projeto. “Pelo lado do Banco Mundial, já temos uma sinalização positiva. Eles demonstram estar satisfeitos com nossos resultados, e muito interessados em disseminar o programa para outros estados brasileiros, especialmente o Rio de Janeiro”, afirma.

Nos dias 26 a 30 de novembro, o Ipece realizará, em Fortaleza, um workshop com representantes do Banco, pesquisadores do FGV IBRE e especialistas internacionais para apresentar os principais resultados do PforR e debater novos desafios para o estado. Mais informações: <http://www.ipece.ce.gov.br>. 